

Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano
Artigos Seção Livre
Número 1. 24-43 janeiro/abril 2013
© 2013 by UFF

A PRODUÇÃO DE SENTIDO NO CONSUMO DE TEXTOS E SUA HISTORICIDADE¹

THE PRODUCTION OF MEANING IN TEXTS CONSUMPTION AND ITS HISTORICITY

MÁRCIO SOUZA GONÇALVES²

JÚLIO ALTIERI MONTEIRO³

RENAN LÚCIO SALDANHA DA ROCHA⁴

1

Uma versão preliminar do presente texto, substancialmente diferente da atual, foi apresentada no NP Produção Editorial do XI Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

2

Doutor em Comunicação - PPGC/UERJ - email: msg@uerj.br. É bolsista Prociência UERJ/FAPERJ e professor do PPGC da UERJ, onde já ocupou diversas funções administrativas, de coordenação e de chefia em diversos níveis. Já coordenou o GT Comunicação e Cultura da COMPÓS. Pesquisador do campo da comunicação, é autor de diversos textos (artigos, capítulos, organizador de livro coletivo) tratando de temas ligados ao campo da Comunicação, notadamente sobre a relação entre as tecnologias de comunicação, historicamente consideradas, as culturas e as experiências humanas. Coordenador do Grupo Livros e Cultura Letrada. Atualmente realiza Pós-Doutorado no GrisPress/FAFICH/UFMG.

3

Mestrando em Comunicação – PPGC/UERJ - email: julio.altierim@gmail.com. Jornalista, mestrando, autor de textos ligados ao campo da Comunicação, desenvolve pesquisa sobre a leitura em diferentes suportes. Pesquisador do Grupo Livros e Cultura Letrada.

4

Graduando – FCS/UERJ - email: renanlucio1@gmail.com. Pesquisador do Grupo Livros e Cultura Letrada. Autor de textos ligados ao campo da Comunicação, desenvolve pesquisa sobre textos e letramento.

Resumo: O trabalho propõe uma abordagem da comunicação através de textos, e mais especificamente do processo de leitura, destacando alguns dos diversos elementos que nesse processo são determinantes. Em três seções são discutidos sucessivamente e respectivamente o caráter histórico dos textos e da leitura, formas de teorização acerca do ato de ler e, finalmente, alguns dos determinantes acima mencionados.

Palavras-Chave: produção de sentido; leitura; história da leitura.

Abstract: This paper discusses textual communication, more specifically the reading process, pointing out some of the diverse elements which in this process are determinants. Through three sections are discussed successively and respectively the historical disposition of texts and reading, the forms of theorizing upon reading and finally a couple of the determinants previously quoted are more closely debated.

Keywords: production of meaning; reading; history of reading.

Introdução

Menos de cem anos depois da chegada da família Real e da criação da Imprensa Régia, em uma crônica publicada no jornal Gazeta de Notícias, em 26 de novembro de 1903, João do Rio se surpreendia com o crescimento da leitura no país. Percorrendo diversas livrarias do Rio de Janeiro, pôde atestar o incrível aumento dos lucros de alfarrabistas e livreiros:

O Brasil lê como nunca leu. (...) A venda dos jornaes e revistas nunca foi feita como de ha dous annos para cá. É um paroxismo. As livrarias já não chegam. Ha agencias especiaes. Se for a qualquer dellas, verá o lucro bárbaro. As revistas italianas, francezas, hespanholas, tem uma extração formidável. Isso bastaria para atestar que o interesse pela leitura centuplicou.

Passado mais de um século desde a publicação dessa crônica, qualquer afirmação sobre lermos mais ou menos, melhor ou pior do que há tempos atrás, corre o risco de se transformar num juízo de valor sobre nosso tempo.

O fato é que hoje, provavelmente como nossos ancestrais, lemos os mais diferentes tipos de textos, o tempo todo, nos mais diversos suportes. Lemos livros, revistas, jornais, panfletos, cartazes, todos impressos, lemos no computador (*online* ou não), no celular, em *tablets*, placas de publicidade e em muitos outros locais. E lemos de tudo: notícias, artigos, notas fiscais, reportagens, romances, faturas de cartão de crédito, poesias, contos, crônicas, manuais, piadas, menus etc. O leitor contemporâneo, tanto faz se lendo mais ou menos, melhor ou pior, está cercado de textos por todos os lados. Essa onipresença dos textos nos leva ao tema da leitura.

Pode-se em princípio supor que o advento das tecnologias digitais, na segunda metade do século passado, produziu uma profunda mudança no universo da leitura. Ou não?

Começaremos com a questão dos modos de leitura e a noção de que estes são múltiplos, regidos por variados elementos e mutáveis de acordo com o tempo. A discussão de alguns desses variados elementos que atuam na produção de sentido é o eixo central do presente texto.

Pode-se iniciar a discussão da historicidade da leitura abordando-se uma historicidade correlata, a dos próprios textos: a do formato do suporte, a do tipo de escrita, a da estrutura de arrumação textual, a da tecnologia usada na produção. A historicidade dos textos remete para a das leituras e diversas formas de relacionamento entre ambas se estabelecem.

1. Historicidade dos textos

Há em primeiro lugar a historicidade do formato.

Nos primórdios da escrita, anotavam-se informações econômicas e administrativas em suportes de argila, que serviam perfeitamente às necessidades de então. Aos poucos, essa nova forma de registro – cuneiforme – foi possibilitando a transmissão de outros tipos de informações, de caráter mítico, religioso, poético, histórico ou legal, em tabuletas de barro, estelas de diferentes tamanhos ou outros materiais ao alcance da mão. Embora fossem poucos

aqueles que dominavam a técnica de ler e escrever, a presença dos textos trouxe uma outra dinâmica para a sociedade.

Em termos de formato do suporte, dois historicamente mais importantes, impossíveis contudo em argila, devem ser destacados. Por um lado temos os rolos: *volumen*, de desenrolar horizontal, e *rotulus*, vertical. Claro que ambos não estabeleciam, exatamente, a mesma relação com o leitor, pois a experiência diante de uma “sucessão de pavimentos de escrita revelados à leitura”, característica dos textos paralelos ao sentido de enrolamento dos *volumina*, era diferente da “continuidade temporal” dos textos perpendiculares ao sentido do enrolamento dos *rotuli* (ZALI, 1999, p. 36). Mas, de todo modo, eram superfícies que se enrolavam e desenrolavam.

Por outro lado, uma grande revolução na história da comunicação é provocada pelo surgimento do *códex*, que finca as bases do livro contemporâneo. Concebido como um conjunto de tabletas de madeira ligados por fios, passa a ser constituído por pergaminho – mais fino e flexível – e posteriormente por papel. Quem lê as mensagens no novo suporte se depara com uma situação que apresenta novidades em relação aos rolos anteriores, e que suscita novas práticas de apropriação. O ritmo que marcava a leitura do rolo é substituído pelas possibilidades do novo arranjo de páginas independentes, que permite agora ao leitor encontrar uma passagem determinada do texto, folheando, avançando ou retornando de modo muito mais rápido e eficiente. Essa melhor ergonomia facilita também a tomada de notas e o trabalho simultâneo com diferentes textos (ainda que incipiente). Temos assim dois formatos materiais bem distintos, influenciando, cada um a seu modo, as práticas de leitura: o rolo e o códice.

Mas essa historicidade dos textos é bem mais ampla.

Após um período de relativa baixa atividade intelectual na maior parte da Europa com o fim do Império Romano, o ressurgimento da erudição durante a renascença carolíngia, no

final do século VIII e início do IX, trouxe mudanças importantes para a sociedade e, para o que nos interessa, os textos. A reestruturação do ensino, a proliferação de escolas (e de textos), as reformas no alfabeto, a padronização do design gráfico e, sobretudo, a introdução da minúscula carolíngia tiveram, certamente, impacto sobre as práticas de leitura. Da mesma forma, a expansão das universidades, no século XIII, inaugurou uma nova técnica de arrumação do texto no livro (*a divisio*), para acompanhar as necessidades de leitura dos estudantes. Ler um manuscrito universitário, articulado sistematicamente, significava romper com a *ruminatio* monástica. Esses movimentos marcam diversas transformações nos suportes dos textos que, assim como a passagem do rolo para o códex, afetam os processos de leitura.

A prensa de Gutemberg, embora não tenha revolucionado imediatamente a forma do livro, multiplicou de maneira intensa o número de exemplares disponíveis. Uma certa banalização da presença do livro, devido ao aumento do número de obras em circulação, é correlata de uma redução, ainda que relativa, dos preços. Pessoas que antes não tinham acesso a determinadas obras passaram a obtê-las, por preços menores. Aos poucos, a facilidade de produzir levou também a uma maior diversidade de conteúdos. O universo dos leitores se alarga, as práticas se multiplicam. A historicidade dos textos age indelevelmente sobre a da leitura.

As transformações formais no aspecto físico dos textos durante a Idade Média e a Moderna, fundamentais do ponto de vista do uso por leitores, podem ser sintetizadas em três eixos:

A linha, em primeiro lugar, com o aparecimento, na Alta Idade Média, da separação entre as palavras, que é uma condição essencial para que seja possível uma leitura silenciosa. A página, em seguida, duas vezes transformada: nos últimos tempos do livro manuscrito, pelo desaparecimento dos textos colocados à margem (rubricas, glosas, comentários); nos séculos XVI e XVII pelo aparecimento, e depois, pela generalização, das alíneas e da divisão em parágrafos. O próprio livro, enfim, ao qual a técnica da impressão confere sua identidade, enunciada na página de rosto, bem com uma nova maneabilidade assegurada pela generalização e pela fixação do duplo dispositivo da paginação e da indexação (CAVALLO e CHARTIER, 1998, p. 38).

Em termos de disposição material, uma relativa estabilidade marcou a história dos livros depois da revolução tipográfica. O que se pode destacar de mais importante, do período que vai de meados do século XV até a era digital, talvez seja a crescente pluralidade de conteúdos e de tipos de texto à disposição dos leitores: jornais, livros de bolso, revistas, catálogos, panfletos etc. Embora muitos já existissem na versão manuscrita, o homem moderno pode experimentar uma sensação de facilidade de acesso a esses variados conteúdos e tipos, facilidade que o homem medieval não conheceu.

Nota-se assim, claramente, uma historicidade dos textos, em seus formatos, modos de produção, estruturação, enfim, uma historicidade do modo de presença dos textos dentro das culturas. Os textos têm uma longa história passada, se modificaram, assim como as leituras que deles partiram. Essa historicidade dos textos é correlata da historicidade das leituras.

2. Estilos teóricos

A historicidade da leitura e a importância das apropriações dos textos pelos leitores nos conduzem inevitavelmente ao problema dos modos de ler, das diferentes abordagens e apropriações por parte de leitores concretos de textos localizados em suportes específicos.

Duas questões necessárias se desenham então, a primeira relativa ao modo de teorizarmos sobre essas práticas de leitura, a segunda acerca dos elementos em ação no processo de leitura como produção de sentido, dos determinantes, em geral, do processo de ler. Começemos com a primeira.

Os diferentes modos de teorizar a historicidade das apropriações dos textos por leitores podem ser reduzidos, no que toca ao escopo de análise, a dois paradigmas distintos. Por um lado temos abordagens mais gerais, que procuram definir, para uma época dada, formas de ler; por outro, abordagens localizadas, que abrem mão de definir traços gerais para se concentrar em leitores ou leituras específicos, que coexistem, no contexto cultural em que se

encontram, com outras formas de ler. Se o primeiro modo de teorizar implica em apreensões globais e amplas do modo de ler de um grupo social num dado momento histórico, o segundo se centra sobre a apreensão singular do modo de ler de indivíduos específicos.

Como exemplo do primeiro tipo, pode-se citar a clássica oposição proposta por Engelsing entre leitura intensiva e leitura extensiva, a passagem de um modo a outro se situando no século XVIII. A leitura intensiva é a leitura exaustiva, repetida, retomada sempre, de um pequeno conjunto de livros, no centro do qual, como obra mais importante, se localiza a Bíblia. Esta leitura teria sido substituída, como dito acima, no século XVIII, pela leitura extensiva, leitura situada dentro de um universo muito maior de textos, lidos superficialmente, parcialmente, fragmentariamente. À repetição da leitura da Bíblia contrapõe-se a passagem de olhos sobre os jornais contemporâneos. Já se discutiram alhures as diversas reações que tal teorização suscitou: tem-se desde o sim, há uma revolução da leitura no século XVIII, até o não, não há tal revolução, passando pelo termo médio que sustenta que teria havido uma alteração que seria excessivo qualificar de revolucionária (CHARTIER, 2007, p. 264 e seguintes). Não é nosso propósito aqui retomar essa discussão, mas apenas indicar o estilo teórico que a ela dá origem.

Como exemplo do segundo tipo de abordagem pode ser citada a análise do leitor Menocchio por Ginzburg (1987), discussão detalhada de todo o universo cognitivo do moleiro e dos elementos que participam de sua construção, no centro dos quais se situam, evidentemente, textos. Sua, de Menocchio, visão de mundo, sua “filosofia”, que tragicamente o levou às mãos da Inquisição e à morte, é o resultado da mistura singular de textos lidos idiossincraticamente, de elementos da cultura popular, de traços individuais do moleiro. Sobre esse último ponto, note-se que outros partilharam com ele a leitura talvez dos mesmos livros ou de livros semelhantes, outros certamente bebiam na fonte de uma cultura popular existente,

mas foi Menocchio, organizando todos esses elementos a seu modo, portanto criando algo a partir desses elementos, que pensou o mundo na analogia com os queijos e vermes:

A defasagem entre os textos lidos por Menocchio e o modo como ele os assimilou e os referiu aos inquisidores indica que suas posições não são redutíveis ou remissíveis a um ou outro livro. Por um lado, elas reentram numa tradição oral antiquíssima; por outro, evocam uma série de motivos elaborados por grupos heréticos de formação humanista: tolerância, tendência em reduzir a religião à moralidade etc. [...] Mesmo que Menocchio tenha entrado em contato, de maneira mais ou menos mediada, com ambientes cultos, suas afirmações em defesa da tolerância religiosa, seu desejo de renovação radical da sociedade apresentam um tom original e não parecem resultado de influências externas passivamente recebidas (GINZBURG, 1987, p. 27-8).

Pode-se razoavelmente compreender a relação entre esses dois modos ou estilos de teorizar se se indicar que não são incompatíveis e que devem ser considerados cada um em seu escopo correto de análise, sem que se opere nenhum tipo de reificação ou absolutização.

Sem que se opere nenhuma forma de reificação ou absolutização: o fato de Menocchio ler de tal modo - ou de se ler extensivamente num determinado contexto - não significa que ler se “coisifique”, se reduza totalmente, neste contexto, ao modo de Menocchio - ou como leitura extensiva - e não implica, da mesma maneira, em que essa seja absolutamente a única forma de ler.

Esses diferentes estilos devem ser considerados cada um em seu escopo correto de análise: a apreensão através de um conceito como o de leitura intensiva é uma apreensão macro e geral, que, como tal, descuida das especificidades, singularidades, das derivas de leituras individuais que seriam não intensivas; igualmente, a análise de um caso singular, vendo de muito perto, servindo-se como que de um microscópio, não pretende a qualquer forma de generalização ou afirmação geral sobre um modo majoritário, mais comum, mais típico, de leitura. Em suma: a descrição geral não pode matar os casos individuais, dos quais claramente não se propõe a falar, a apreensão macro não impossibilita o olhar micro; a abordagem singular não se propõe, por seu turno, como generalização.

Finalmente, a teorização macro e a micro não são incompatíveis, dado que uma nos fala dos traços comuns, majoritários, dominantes, a outra pode apontar exatamente para o que escapa a esse regime dominante. São assim, idealmente, dois modos complementares de análise.

3. Fatores em ação na leitura e produção de sentido

Como dissemos acima, duas questões relevantes apresentam-se a partir dos modos de apropriação dos textos: uma relativa às maneiras de teorizar os modos de leitura; a outra relativa aos determinantes envolvidos na constituição e efetivação desses modos. Tratada a primeira, passemos então à segunda.

Sua adequada formulação seria: dado um determinado modo de ler um texto, dado um certo modo de produzir sentido, quais os elementos o condicionam e fazem com que exista?

Não seria razoável tentar indicar um único elemento determinante dos modos de ler, o que leva a que se trabalhe com um esquema que envolve múltiplas causas, um esquema de sobredeterminação. Uma série de elementos deve, assim, ser tomada em conta. Vários foram mencionados acima. É nosso intuito agora nos determos em quatro elementos fundamentais até agora pouco explorados: as intenções ou motivos da leitura, as especificidades do texto, a conformação material dos suportes e a psicologia do leitor.

Mas antes de passarmos a esses elementos, vejamos algumas considerações de Jean Marie Goulemot, com quem nosso texto dialoga fortemente.

Goulemot compreende a leitura como produção de sentidos, como ato de “[...] constituir e não reconstituir um sentido” (in CHARTIER, 1996, p. 108. Todas as citações de Goulemot a seguir são deste artigo), que põe em cena, claro, como um dos termos importantes, o texto, mas por outro lado põe em cena igualmente o leitor em uma situação de leitura.

Sua argumentação envolve três aspectos essenciais, na medida em que para ele, o leitor em relação com o texto se define por: uma *fisiologia* (correlata de uma psicologia), uma *história* e uma *biblioteca*. Esses três termos organizam o conjunto de fatores em jogo.

A *fisiologia* (p. 108-110) envolve uma série variada de elementos. Há na leitura divertimento, uma posição (atitude) do corpo, há atitudes geracionais, dados técnicos (iluminação, por exemplo), climáticos, há a disposição pessoal de cada um. Há por um lado um corpo que se relaciona com o mundo, por outro uma subjetividade (Goulemot não usa este termo) que também se relaciona com seu contexto.

Esse corpo padece de tudo o que os corpos padecem. É um corpo sujeito à fadiga, à dor, um corpo que é educado, institucionalizado, que deve adotar determinadas posturas, o que aponta para uma história possível das representações das boas posições corporais de leitura. No ato de ler, em síntese, opera uma dialética corpo/livro.

O contexto social age sobre o corpo através de diversos modos, da escola, da ação de representações iconográficas do ler, propondo diferentes modelos de leitura, uma tipologia dos atos de ler. O resultado disso são diferentes atitudes de leituras: leituras sonhadoras, profundas, ausentes (p. 109). Mas o livro, como gênero, também age sobre o leitor, seu corpo, sua fisiologia, sua psicologia, indicando posições ou lugares de leitura: pense-se na leitura pública de uma obra pornográfica.

Importa para Goulemot sublinhar “aquilo que em nosso corpo é trabalhado pelo texto aberto” (p. 109).

Para encurtar, direi que o corpo do leitor é uma livre escolha e uma imposição, pois revela atitudes-modelo, ou tipos (semelhantes aos modelos da distinção), de determinismos biológicos, de um dispositivo adequado ao próprio gênero do livro, mas também de uma liberdade em que intervém, em uma medida que lhe é adequada e que não pode ser quantificada, o singular (p. 109-110).

A *história*, por sua vez, é tanto coletiva, quanto pessoal.

A pessoal é dupla, ligando-nos, por um lado, ao que nos é contemporâneo, marcando-nos, por outro, em nossa diferença. Mas esse caráter duplo esconde uma relação mais profunda entre os dois lados: “Parece-me evidente que, em grande parte, o que construímos como nossa história pessoal pertença, em boa parte de seus aspectos, a uma narração cultural” (p. 110). O coletivo e o pessoal, assim, estão em constante relacionamento.

Há uma história cultural, ou seja, política e social, que “trabalha aquilo que nós lemos” (p. 110). Goulemot invoca os exemplos do *Tartufo* e da *Educação Sentimental*, lidos diferentemente em diferentes contextos, para apoiar essa ideia de que a leitura de um texto é atravessada pela história cultural do grupo a que pertence o leitor (p. 110-111). Assim, nota-se que há um plano coletivo da história da leitura: certos grupos em determinados momentos históricos leem de certos modos.

Ainda dentro do âmbito da discussão do peso da história dentro do ato de ler, Goulemot indica o fato de que se há uma história contemporânea que atravessa o leitor, há igualmente uma história quase mítica operando sobre os atos de ler, um conjunto de acontecimentos valorizados que marcaram a história de um povo e que afetam a leitura, memória coletiva e institucional de uma coletividade nacional: a Revolução Francesa, a Resistência, Napoleão, Joana D'Arc etc. Nosso autor diz: “Parece-me evidente que essa história mítica participa de nosso ato de ler. [...] Mais amplamente, ela molda toda leitura. De fato, ela está presente tanto na leitura como na escrita, uma vez que, além de opções, constitui um tecido, um discurso comum” (p. 112). Goulemot destaca ainda que a própria memória do passado tem uma historicidade e portanto não pode ser pensada como um dado absoluto e invariante.

Terceiro termo, *biblioteca*, que aponta para o fato de que a leitura é sempre comparativa, é sempre a de um livro em contato com outros livros. Se há um dialogismo e intertextualidade entre textos, o há também entre as leituras dos textos, nas práticas de leitura.

Ler será, portanto, fazer emergir a biblioteca vivida, quer dizer, a memória de leituras anteriores e de

dados culturais. É raro que leiamos o desconhecido. O gênero do livro, o lugar de edição, as críticas, o saber erudito, nos colocam em posição valorizada de escuta, em estado de recepção. Lemos Gallimard, Éditions de Minuit, diferentemente: o que significa que a reputação pública dessas casas prepara uma escuta: do severo ao razoável, do sério ao enfadonho, o sentido já está dado (p. 113).

O mesmo raciocínio vale para a cultura institucional (Goulemot invoca o conceito de horizonte de expectativa de Jauss):

Quer dizer que cada época constitui seus modelos e seus códigos narrativos e que no interior de cada momento existem códigos diversos, segundo os grupos culturais. [...] Portanto, deve-se reconhecer que diversos modos de narrativa coabitam no mesmo espaço cultural e social. A posse dos códigos que os regem permite a leitura. Ela constitui, por outro lado, o horizonte de expectativa, no sentido que o entendo. Graças a ela [...] até conhecemos, de antemão, o produto cultural que vamos consumir (p. 113).

A partir disso, pode-se compreender a história da leitura como sucessão de códigos narrativos em diferentes grupos sociais; do mesmo modo que se pode inquirir para um grupo dado pela tipologia de códigos narrativos ao longo do tempo.

Mas, para além dos códigos narrativos, há uma cultura coletiva abarcada pela noção de *biblioteca*: essa cultura coletiva envolve textos e sistemas de valores neles veiculados e aponta para o fato de que

[...] não existe compreensão autônoma do que é dado a ler ou a entender, mas articulação em torno de uma *biblioteca* do texto lido. [...] O livro lido ganha seu sentido daquilo que foi lido antes dele, segundo um movimento redutor ao conhecido, à anterioridade. [...] Não há jamais compreensão autônoma, sentido constituído, imposto pelo livro em leitura. A *biblioteca* cultural serve tanto para escrever quanto para ler (p. 115).

Disso tudo, advem uma concepção de leitura: “[...] a leitura é, no fim das contas, a oscilação dessa máquina em um confronto com o corpo, com o tempo e com a cultura adquirida. A leitura é, portanto, uma estratégia do afrontamento e da manipulação” (p. 115).

Nosso autor termina adiantando algumas hipóteses, com as quais só se pode concordar. “A primeira é que ler é fazer-se ler e dar-se a ler. Em outros termos, dar um sentido é falar sobre o que, talvez, não se chegue a dizer de outro modo e mais claramente. Portanto, seria

permitir uma emergência daquilo que está escondido” (p. 116). A segunda, a de que o texto por seu turno, se é trabalhado pela biblioteca, a trabalha, cada leitura alterando o sentido da biblioteca, do lido anteriormente. A última palavra a Goulemot: “Espero ter mostrado – e perdoem-me ter esquematizado, extrapolado – o que se trava na leitura: um dado e uma aquisição, as obrigações sem número do social, sob a ilusão da independência e da escolha, mas também alguns fragmentos de uma singular liberdade” (p. 116).

Destacam-se, para o que nos interessa da posição de Goulemot, os três termos chave por ele indicados: *fisiologia*, *história*, *biblioteca*. São esses termos que relacionaremos a seguir a nossos próprios desenvolvimentos.

Tomando um caminho paralelo ao de Goulemot, desejamos destacar quatro elementos a serem tomados em conta no processo de produção de sentido. Isso não significa que esses elementos sejam os únicos, e, além disso, não temos nenhuma pretensão de exaustividade.

Em primeiro lugar, as expectativas, intenções ou os motivos de leitura do leitor. Claro é que um texto pode ser lido por diversos motivos ou com diversas intenções diferentes. Tomemos o caso de um texto científico e da leitura que suscita: tem-se de modo geral uma leitura cuidadosa, que envolve anotações e a compreensão do conjunto dos argumentos apresentados, que envolve a tomada ativa de notas, leitura motivada por um interesse cognitivo. Por outro lado, na preparação de um artigo científico, há textos teóricos que são lidos superficialmente, numa primeira aproximação, para que o leitor estabeleça se o texto tem ou não relevância, se deve ou não ser lido de modo cuidadoso. Encontramos assim, grosseiramente e sem alongar a discussão, dois modos de leitura envolvidos no universo de um texto científico se levarmos em conta o que motiva o leitor. Mas podemos pensar em outras intenções ou motivos: a leitura desinteressada e de lazer de romances, na qual o leitor procura simplesmente diversão; a leitura de manuais de aparelhos eletrônicos, tão comuns em nosso cotidiano, motivada pela necessidade prática de operar o aparelho aproveitando seus

recursos, a leitura do consumidor que vai pagar sua fatura, a do crente em busca de apoio espiritual... Temos assim, como primeiro elemento a ser levado em conta, as intenções e motivações do leitor. Esse primeiro elemento remete evidentemente ao que Goulemot chama de *fisiologia*, mas ao mesmo tempo toca a *história* pessoal e coletiva do leitor e a noção de *biblioteca*. As expectativas, intenções e motivos existem na fronteira entre o individual e o social, entre o eu e o ambiente, e permitem pensar boa parte da singularidade do ato de ler, na medida em que podem, as expectativas, intenções e motivos, variar infinitamente.

Em segundo lugar, ponto que já apareceu no que discutimos acima acerca das intenções e motivos do leitor, deve ser considerada a especificidade do tipo de texto lido. Essa especificidade, claro, se conjuga com as intenções do leitor, os dois elementos operando em conjunto. Isolando o aspecto relativo ao texto, pode-se pensar em textos claramente prescritivos, como um manual ou uma conta num restaurante; textos literários ou poéticos, que se oferecem à imaginação, à sensibilidade e ao intelecto do leitor de modo menos amarrado; textos teóricos, que por si só são um grupo muito heterogêneo de textos (pense-se numa demonstração matemática, numa obra de Kant e num aforismo de Nietzsche...); textos em placas de orientação etc. Uma lista completa é evidentemente impossível de ser feita, o que não impede que se desenhe claramente esse segundo elemento condicionante dos processos de leitura: a especificidade dos textos tende a favorecer tipos determinados de leitura. Obviamente isso remete para a noção de *biblioteca* tal como articulada por Goulemot, mas com ela não se confunde, dado que aqui não estamos no âmbito do *fora-do-texto*, mas no espaço do próprio texto.

Em terceiro lugar, deve ser mencionada a conformação material dos textos, seu modo de apresentação em objetos que os dão a ler e todo o enorme conjunto de traços aí compreendidos. Entre esses elementos podemos destacar, mais ou menos de modo aleatório e sem nenhuma pretensão de esgotar o tema: o formato mesmo do objeto, o tipo de letra, a

navegabilidade e orientação dentro do texto, a portabilidade do objeto, a possibilidade de tomar notas... Estes são, é importante repetir, alguns traços dentro de um universo certamente maior.

O formato do objeto influencia claramente a leitura, na medida em que permite certos modos de relação com o texto enquanto que inibe outros. Como vimos, o formato em rolo, que é suplantado pela concorrência do códice na primeira metade do primeiro milênio de nossa era, era problemático do ponto de vista do manuseio do texto e no ir e vir - dado que o rolo devia ser enrolado e desenrolado a cada vez que se ia ou vinha -, complicava a tomada de notas, dificultava a leitura de vários textos ao mesmo tempo, permitia o armazenamento de pouca escrita dado que só se utilizava um lado do papiro: a leitura era preferencialmente a de um único texto, linearmente, sem muitos avanços e recuos, com difícil comparação entre textos e tomada de notas, com vários rolos necessários para que se tenha a unidade de uma obra. Esses problemas desaparecem quando o rolo é substituído pelo códice. O códice é melhor do que o rolo, do ponto de vista do aproveitamento do suporte, pois o pergaminho, sua matéria-prima habitual, pode receber inscrição dos dois lados. Além disso, é extremamente mais fácil ir e vir dentro do texto, bastando para isso virar uma página, ou um conjunto de páginas, ainda que um complicador dos códices mais antigos seja a inexistência de paginação. Com um códice, é fácil tomar notas e, além disso, a comparação entre dois textos localizados em dois códices diferentes se faz com facilidade. Como bem disse Frédéric Barbier, “a invenção do *codex* é absolutamente fundamental para o futuro da civilização escrita, porque ela proporciona caminhos para os desenvolvimentos futuros do trabalho intelectual sobre documentos escritos” (2008, p. 54). Os livros eletrônicos, ou melhor, os leitores de livros eletrônicos (como *positivo alfa*, *kindle*, *nook* etc), as telas de computador, de telefones celulares, de *tablets*, introduzem outras tantas mudanças do ponto de vista do objeto. Chartier

sustenta a ideia de que nessas telas o rolo e o códice se juntam, de modo que o leitor desses suportes eletrônicos ocupa um lugar novo:

De um lado, o leitor da tela assemelha-se ao leitor da Antiguidade: o texto que ele lê corre diante de seus olhos; é claro, ele não flui tal como o texto de um livro em rolo, que era preciso desdobrar horizontalmente, já que agora ele corre verticalmente. De um lado ele é como o leitor medieval ou o leitor do livro impresso, que pode utilizar referências como a paginação, o índice, o recorte do texto. Ele é simultaneamente esses dois leitores. Ao mesmo tempo, é mais livre. [...] (1999, p. 13).

De modo geral, e deixando de lado a diferença entre os diversos suportes eletrônicos, apenas para indicar uma diferença geral em relação ao impresso, podemos para eles destacar: extrema economia de espaço; fácil navegação, com recursos de localização de palavras, trechos ou páginas; facilidade de copiar e colar, que pode eventualmente permitir, de outro modo, a tomada de notas (que num códice pode ser feita na página do livro, coisa impossível numa tela); certo desconforto ocular pela leitura em suporte que emite luz (o que não acontece com os leitores de livros eletrônicos). A bem estabelecida tradição de estudo da forma material dos textos e de sua influência sobre o sentido fornece uma base sólida para uma investigação da questão.

Destaque-se o fato relevante do formato do suporte influenciar as expectativas do leitor em relação ao texto: ler, por exemplo, um texto num volume em papel de boa qualidade, encadernado em capa dura, com o selo da universidade de Harvard não é igual, em termos de expectativa que antecede ao ato de ler, a ler o mesmo texto num papel comum, grampeado, impresso numa impressora ordinária. A capa dura e toda a apresentação que com ela segue conferem uma maior seriedade, densidade, peso ao texto. Se este último ponto remete para o que Goulemot chama de *biblioteca*, não se deve, contudo, perder de vista o fato de que o que destacamos aqui é sem dúvida o que menos se aproxima do que propõe aquele autor. Estamos aqui totalmente no universo interno ao texto, portanto fora do *fora-do-texto*. Dito de outra forma, os termos *fisiologia*, *história* e *biblioteca* apenas de modo indireto, se é que o fazem,

põem em cena a importância do formato material dos suportes de leitura, dado que o formato é *no texto* e não *fora-do-texto*.

Finalmente, mas não menos importante, o quarto ponto que desejamos destacar como determinante do processo de leitura, a psicologia do leitor, psicologia que pode ser compreendida de diversos modos, dos quais destacamos dois. É precisamente para destacar estes dois que distinguimos, neste quarto elemento, a psicologia do leitor do que apareceu no primeiro elemento, expectativas, intenções ou os motivos de leitura.

A psicologia do leitor envolve todos os aspectos que remetem aos grupos sociais a que pertence, tais como seu grupo profissional, seu nível educacional, seus grupos de sociabilidade familiar ou de amizade. Um leitor professor universitário, com doutorado, com seu círculo de amigos e família, lê um texto de jornal diferentemente de um pescador semialfabetizado cujos amigos e família são igualmente semialfabetizados. Temos aí um exemplo evidentemente extremo que permite compreender o que se encontra em jogo.

Mas, além disso, a psicologia remete para as idiossincrasias de cada leitor, seus traços singulares, que o diferenciam de todos os outros leitores e fazem de cada um um caso único. O exemplo de Menocchio, que referimos acima, pode aqui ser reinvocado. Esse traço é o mais difícil de ser teorizado e por outro lado o mais facilmente localizado empiricamente, pois cada estudo de caso individual de leitor o torna palpável. Este ponto é fundamental para uma consideração das apropriações sofridas pelos textos, apropriações sempre singulares, únicas, mesmo que efêmeras e evanescentes. Sua existência remete, em última instância, para as diferenças entre os humanos, assunto muito amplo para ser até mesmo aqui esboçado.

Pode-se, contudo, apenas brevemente, indicar o modo como a escrita e o progressivo letramento das sociedades, tornado possível pela invenção do alfabeto, participam de um processo não de criação, dado que essa singularidade individual parece ser um traço característico da espécie humana (mas não exclusivo), mas de um aguçamento das diferenças

individuais. Esquemáticamente, a lógica do processo é a seguinte: a escrita e o letramento aumentam consideravelmente o estoque cultural armazenado que cada sociedade deve transmitir às novas gerações que chegam. Nas culturas orais a quantidade de informação armazenada, dada a limitação imposta pela memória humana, mesmo com a ajuda de técnicas mnemônicas como a poesia épica, é tal que um ser humano normal pode manejar o conjunto da memória cultural, memória que, não existindo sem os humanos, é constantemente atualizada, num processo homeostático (GOODY e WATT, 2006, p. 17) de eliminação e adaptação. A escrita, eliminando a limitação da memória, e aumentando o estoque informacional, o torna de tal modo grande que ninguém é capaz de dominar todo o conjunto. Assim, cada um se “especializa” numa parte do conhecimento disponível, fazendo um caminho singular, que é em última instância aquela parte do “arquivo” dominado. Logo, acentua-se o processo de individualização:

E, à medida que um indivíduo participa da cultura letrada, distinta da oral, a coerência que uma pessoa alcança é, em grande parte, o resultado de sua seleção pessoal, do ajuste e da eliminação de artigos de um repertório cultural altamente diferenciado; ele, claro, é influenciado por todas as várias pressões sociais, mas elas são tão numerosas que o padrão sai finalmente como individual (GOODY e WATT, 2006, p. 69).

O que chamamos de psicologia do leitor indica, primeiramente, parte do que Goulemot chamou de *fisiologia*. Mas, além disso, na medida em que envolve a história pessoal de cada leitor, história que, como vimos, se articula sempre com a história da coletividade, remete para o que o francês engloba sob o termo *história*. Mas deve ser enfatizado o caráter singular da psicologia de cada leitor, sua irredutibilidade aos dados sociais, culturais, históricos.

Nossos quatro elementos, não sendo análogos ou isomórficos aos três termos destacados por Goulemot, com eles se relacionam proximamente. O que de menos próximo se encontra é nossa ênfase na importância da conformação material dos objetos que dão a ler.

4. Conclusão

A intenção do presente texto foi indicar clara e explicitamente a necessidade de se levar em conta, no processo de compreensão da leitura como produção de sentido, quatro elementos: as intenções ou motivos que animam a leitura; as especificidades do texto lido; a conformação material dos suportes de leitura; e, finalmente, a psicologia do leitor.

Necessário é destacar que com isso não se pretendeu aqui esgotar o tema, ou propor um esquema conceitual definitivo para a compreensão do “ler”, mas apenas, como dissemos, indicar alguns elementos que devem fazer parte de um esboço de mapa inicial de entendimento desse processo, a leitura, sem o qual os livros não existem, sem o qual se pode falar, com toda a certeza e fora das atuais e vãs diatribes acerca do assassinato do livro pelas tecnologias digitais, de uma morte dos livros.

Nos parece especialmente importante apontar, por um lado, para o que Goulemot chamou de *fora-do-texto* (p. 108), mais especificamente para um aspecto desse *fora-do-texto*, a singularidade subjetiva do leitor; por outro, para um aspecto que é parte integrante do texto, sua própria conformação material. Esses dois elementos, talvez por muito tempo negligenciados, devem ser trazidos ao centro da cena.

As tecnologias digitais de produção e circulação de textos, em todas as suas formas, se articulam com ambos os elementos, na medida em que alteram as condições da ação singular subjetiva, na medida, igualmente, que propõem novas conformações materiais ao mesmo tempo em que libertam em certa medida o texto de um suporte específico (um arquivo pode ser aberto num computador, num *tablet*, num celular). Mas isso extrapola a discussão aqui pretendida.

Referências bibliográficas

BARBIER, F. *História do Livro*. São Paulo: Paulistana, 2008.

CHARTIER, R. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: UNESP e Imprensa Oficial SP, 1999.

CHARTIER, R. *Inscrever a apagar: cultura escrita e literatura, séculos XI-XVIII*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

CHARTIER, R. (Org.). *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

CHARTIER, R.; CAVALLO, G. (Orgs.). *História da leitura no mundo ocidental, 1 e 2*. São Paulo: Ática, 1998 e 1999, respectivamente.

GINZBURG, C. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOODY, J. e WATT, I. *As consequências do letramento*. São Paulo: Paulistana, 2006.

RIO, J. do. *O Brasil lê*. Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 26/11/1903.

ZALI, A. (Dir.). *L'Aventure des écritures. La Page*. Paris: Bibliothèque nationale de France, 1999.